

Variação lingüística e o ensino da ortografia: Uma reflexão teórica

Linguistic variation and the teaching of spelling: a theoretical reflection

Cláudia Sordi-Ichikawa*

* Doutora em Lingüística (UNESP-Araraquara).
Docente do curso de Fonoaudiologia da
Universidade Norte do Paraná (UNOPAR).
e-mail: <claudia.sordi@unopar.br>

Resumo

No momento em que alguém se dispõe a discutir o caráter convencional da linguagem escrita, torna-se necessário, antes de mais nada, refletir sobre a variação lingüística como um dos fatores que mais influenciam na apropriação das regras ortográficas. Este estudo tem como objetivo refletir sobre a importância de ensinar ao aprendiz da língua portuguesa a relação entre ortografia, fala e escrita.

Palavras-chave: ortografia, variação lingüística e alfabetização.

Abstract

When discussing the conventional features of written language it is firstly necessary to reflect on linguistic variation as one of the key points that most influences the appropriateness of spelling rules. The purpose of this study is to reflect upon the importance of teaching the learner of Portuguese the relation between orthography and written and spoken language.

Key words: orthography, linguistic variation, literacy.

1 Introdução

Muitas são as preocupações com o ensino da língua portuguesa. A relação fala/escrita com a apropriação do sistema ortográfico é motivo de muita inquietação para a maioria dos professores e esta preocupação não se restringe somente à língua portuguesa. Cagliari (1989, p. 47) ressalta que o alfabeto foi uma brilhante invenção que não deu certo, pois as variantes, principalmente a da língua falada, tendem a aparecer na língua escrita, em que os modos diferentes de falar ficam de certo modo “neutralizados”, acima do limite espaço-temporal. Sendo assim, “escrever corretamente é escrever em um único padrão as formas de uma língua, independente de quantas pronúncias diferentes podem estar ligadas a ela”.

Em princípio, um dos objetivos básicos da escola no Ensino Fundamental é a ortografia. As escolhas ortográficas freqüentemente são arbitrárias, pois não é difícil encontrar palavras cuja pronúncia seja muito diferente da escrita. Um exemplo do que foi dito é a palavra escrita “*muito*” [mũytu]? no português, já que nenhum falante dessa língua faz a pronúncia de U sem nasalidade, e também em grande parte neutraliza o fonema /o/ final em [u].

O modelo ideal de sistema alfabético seria aquele em que cada letra correspondesse a um som, e cada som a uma letra, porém é somente em poucos casos que isso realmente acontece, visto que em certos ambientes alguns sons podem ser representados por mais de uma letra, como o exemplo da palavra “*rosa*” em que se escreve com “s”, mas poderia ser escrita com “z”.

São várias as situações ortográficas do português em

que o uso de uma letra pode se tornar previsível a partir do contexto fonográfico, no entanto, há também os casos em que as diferenças gráficas não correspondem às diferenças sonoras, em que duas ou mais letras podem representar um único som, por exemplo: o ditongo “*OU*”, desinência verbal dos verbos da primeira conjugação, na 3ª pessoa do singular, do pretérito perfeito, que na fala sofre redução para /o/, (tomou-tomô).

Alguns erros ortográficos não estão relacionados diretamente à fala, não refletindo dessa forma uma transcrição fonética. São erros de trocas, supressão, acréscimo e inversão de letras. Não se apóiam nas possibilidades de uso das letras no sistema da escrita. Dessa forma, ocorre o que chamamos de *Modificação da Estrutura Segmental das Palavras*. Alguns exemplos de letras que nada têm a ver com o som que se quer representar são as trocas como: *voi (foi)*, *anigo (amigo)* e as supressões e acréscimos de letras como em: *macao (macaco)*, *susuto (susto)*. Há também casos em que o fonema é representado por vários grafemas. São as partes arbitrárias do sistema alfabético, e a escolha pela letra correta será de forma arbitrária e não fonológica.

2 Variação Lingüística: do que falamos?

No momento em que alguém se dispõe a discutir o caráter convencional da linguagem escrita, torna-se necessário, antes de mais nada, refletir sobre a variação lingüística como um dos fatores que mais influenciam na apropriação das regras ortográficas. Segundo Camacho (1998), existem quatro modalidades específicas de variações lingüísticas:

- 1) *Variação histórica* – a língua, no decorrer do tempo, transforma-se juntamente com a sociedade. As gerações mais velhas resistem em manter formas de expressão de prestígio de décadas atrás e as novas gerações procuram novidades, afastando-se dos padrões que regem gerações anteriores, considerando-as ultrapassadas;
- 2) *Variação geográfica* – explica formas que a língua assume nas diferentes regiões em que é falada;
- 3) *Variação social* – indivíduos da mesma sociedade podem apresentar formas de expressão diferentes de outros. Nessa variação, percebe-se íntima relação entre linguagem e poder. O nível sócio-econômico, o grau de instrução, a idade e o sexo do indivíduo são fatores que determinam a formação de grupos distintos de atividade verbal dentro de uma classe. Algumas classes sociais dominam uma forma de língua que goza de maior prestígio, enquanto outras são vítimas de preconceito por empregarem formas de língua menos prestigiadas. Nessa ordem, podemos exemplificar o falar rural que é fortemente discriminado e conseqüentemente os seus falantes;
- 4) *Variação estilística* – acontece quando um mesmo indivíduo emprega diferentes formas de língua, ou seja, o indivíduo se molda à situação que está vivenciando, utilizando uma linguagem mais ou menos formal.

É unânime a concepção de que as línguas não são uniformes, apresentando variações de acordo com o ambiente, a cultura, a época e a classe social a que pertencem os falantes. Nem individualmente é possível afirmar que o uso seja uniforme. Dependendo da situação, uma mesma pessoa pode empregar diferentes variedades de uma só forma de língua. Tal fenômeno lingüístico ocorre, sobretudo, porque os grupos sociais se subdividem e formam outros grupos menores. A linguagem, portanto, é mais uma maneira de integração e de aceitação dos membros que são incluídos se preencherem os requisitos ali apregoados. É um fato que se dá naturalmente e não uma escolha, o indivíduo incorpora as marcas lingüísticas sobretudo do meio em que vive.

De acordo com Cagliari (1989), os indivíduos aprendem a variedade lingüística peculiar da comunidade em que vivem, porém, a sociedade se utiliza desses modos peculiares de se expressar para marcar indivíduos e classes sociais pelo modo de falar. Essa atitude social revela os preconceitos, pois marca as diferenças lingüísticas como índices de estigma ou prestígio. Da mesma forma, como qualquer outra língua, a língua portuguesa não é falada da mesma forma por todas as pessoas que a utilizam. Além disso, as línguas evoluem com o tempo, transformam-se e adquirem peculiaridades próprias em razão de seu uso em determinadas comunidades específicas. Entretanto, a variação não provém apenas da evolução histórica das línguas e de suas raízes geograficamente delimitadas e nem tão pouco para designar grupos étnicos,

é encontrado também no comportamento lingüístico de uma única pessoa em diferentes circunstâncias de sua vida, independentemente da classe social ou região a que pertença. (CAGLIARI, 1989, p. 7).

São chamadas de diatópicas as variações de uma região para outra, como no caso dos falares nordestino, carioca e gaúcho. Já as variações diastráticas se referem a grupos sociais, como no caso da gíria e do jargão. Diafásicas são as que variam de uma situação para outra, ou seja, em certas ocasiões faz-se necessária maior formalidade; em outras impera o estilo informal, o emprego se dá pelo contexto. Finalmente as variações diacrônicas, como sugere a própria nomenclatura, dizem respeito ao tempo, quando se reconhecem na fala arcaísmos e neologismos, por exemplo: *brecar* por *frear*, *toca-disco* por *som*.

Sendo assim, podemos considerar, de acordo com Travaglia (1996), que os estudos sobre variação lingüística registram pelo menos cinco dimensões de variação dialetal: a territorial, a social, a de idade, a de geração e a de função.

Neste sentido, um enfoque importante neste estudo seriam as variações de ordem territorial e social, mais especificamente as variantes estruturais de natureza fonético-fonológica, pois há uma grande tendência teórica em afirmar que grande parte dos erros ortográficos ocorridos na escola resultam da utilização da variação do grupo social no qual o sujeito está inserido.

Segundo Travaglia (1996, p. 42), a variação territorial ou geográfica normalmente acontece pelas influências que cada região sofreu durante a sua formação e pelo fato de os falantes de uma dada região constituírem uma comunidade geograficamente limitada em função de estarem “polarizados em termos políticos e ou econômicos e ou culturais, e desenvolverem um comportamento lingüístico comum que os identifica e distingue”.

Este mesmo autor relata que as diferenças entre a língua usada em uma determinada região e outras normalmente são diferenças de plano fonético (pronúncia, entonação, timbre) e no plano léxico, sendo as diferenças de ordem sintática pouco relevantes.

Os dialetos usados em dimensão social são os que representam as variações que ocorrem de acordo com a classe social a que pertence o falante, isso porque, de acordo com Travaglia (1996, p. 43), há uma “tendência para maior semelhança entre atos verbais dos membros de um mesmo setor sócio-cultural da comunidade”, em que geralmente ocorrem relações estreitas e interesses comuns.

Ciente de que as línguas não são estáticas e se modificam ao longo do tempo e do espaço, podemos dizer que todas essas variações se estendem a dois códigos distintos: a língua falada e a língua escrita. Devido a essa multiplicidade lingüística da fala, podemos concluir que a escola desempenha um papel fundamental em orientar os indivíduos para o fato de que não existe o português errado, nem o certo, mas sim uma norma padrão a ser seguida a fim de que o indivíduo tenha êxito na sociedade em que está inserido. Neste sentido, como relata Foltran (1994, p. 10):

durante muitos anos a escola apresentou a língua como fato único e homogêneo. Embasada nas regras da Gramática Normativa ou, em outros termos, Gramática tradicional, a escola passou a noção de

que língua se constitui em um padrão único e tudo o que se afastava desse padrão era sempre considerado errado, sempre visto como um desvio de uma norma pronta, única, acabada.

Essa concepção de ensino já não satisfaz, portanto, baseando-se hoje em parâmetros mais libertos e não tão conservadores, é indispensável proporcionar ao aluno uma práxis pedagógica vinculada diretamente a conteúdos vivenciais, em que as variedades lingüísticas sejam encaradas não como erro, mas como resultado da diversidade lingüística, que nada mais é que produto da diversidade social.

3 A Sociolingüística no Ensino da Língua

A sociolingüística preocupa-se justamente com esses problemas existentes entre variação lingüística e norma culta. Dentro dessa perspectiva é de fundamental importância salientar o estudo de Aguilera (1997) que tem como objetivo propor uma categorização dos erros ortográficos de jovens e adultos de curso supletivo, buscando uma relação entre os erros, os sistemas fonológico e ortográfico do português e as variantes fonéticas registradas no Atlas Lingüístico do Paraná (ALPR). O corpus da pesquisa constou de 325 provas de língua portuguesa, num total de 786 itens lexicais e as setenta cartas fonéticas do ALPR. Classificando os erros ortográficos segundo a natureza e com a preocupação de detectar uma possível causa de fundo dialetal, Aguilera (1997) registrou em sua pesquisa: que 42% dos erros se davam devido à complexidade do sistema ortográfico, 17% devido à má alfabetização, 13% relacionados à hipercorreção, 12% à variação dialetal, 7% à disjunção, 6% à junção e 3% relacionados a outros erros.

Como resultados parciais da pesquisa e que deverão ser compreendidos como observações para reflexão, Aguilera (1997, p.139), pontuou:

- a) os erros ortográficos, por terem causa e natureza variada, merecem um tratamento distinto. Daí a necessidade de elaboração de material adequado para a correção dos erros mais freqüentes; ou atitudes específicas de reforço para sanar as dificuldades ortográficas pertinentes;
- b) a complexidade do sistema ortográfico da língua portuguesa, sendo a responsável pela maioria dos erros, deve ser entendida como motivo para reflexão dos professores ao ministrarem as aulas, ao elaborarem o material didático-pedagógico e as provas de avaliação.
- c) é necessário um estudo conjunto com os monitores/professores para a conscientização dos níveis e da produtividade dos erros, bem como a assunção de uma postura mais equilibrada e condescendente, uma vez que o domínio do sistema ortográfico não é tarefa que se conclui em curto prazo, mas ao longo da vida do falante/escritor.
- d) é interessante que o professor observe o percurso do erro/acerto na ortografia: os erros devidos ao descompasso entre a modalidade oral e a modalidade escrita, e entre a variante rural ou popular

e a variante padrão tendem a desaparecer com maior rapidez juntamente com os erros de junção, disjunção no processo oralidade/escrita.

- e) uma vez conscientizado da necessidade de dominar uma outra modalidade da língua- a escrita – e consciente do prestígio e preferência do uso da variante padrão em detrimento da variante rural e oral que ele domina, o passo seguinte dado pelo aluno é a adoção da hipercorreção na escrita - o que vai demandar uma outra postura metodológica da escola e do professor, para corrigir tal distorção.

Nas considerações finais, a autora deixa claro que, além da compreensão dos fatos inerentes à concepção dos erros ortográficos, acima de tudo:

As reflexões do professor sobre os princípios da lingüística, sobretudo da fonética, da fonologia e da diversidade lingüística, contrapostos ao conhecimento das regras ortográficas da Língua Portuguesa, são condições necessárias para um ensino eficaz da língua escrita na escola. (AGUILERA, 1997, p.141)

Seguindo com a discussão sobre diversidade lingüística, Lemle (1978) apresenta um dos trabalhos pioneiros em variação lingüística concretizando a visão da heterogeneidade de nossa língua. Enfatiza principalmente a necessidade de um conhecimento abrangente de variação lingüística para guiar os educandos na aquisição da flexibilidade lingüística.

Lemle (1978) concorda que a heterogeneidade lingüística dentro da diversificada nação brasileira é um fato natural e inevitável, decorrente da própria diversidade social, pelos diferentes graus de coesão e contato intergrupais das diferentes comunidades. A autora aponta três fatores determinantes para a heterogeneidade lingüística: *o geográfico* que é a divergência lingüística entre comunidades distantes uma da outra; *o social*, responsável pela divergência lingüística entre distintos subgrupos de uma comunidade local, sendo fatores determinantes destes a estratificação social, a faixa etária, o sexo, a ocupação profissional dos falantes, o desejo e o interesse de marcar características lingüísticas; e *o registro de uso*, ou nível de formalidade atribuído ao encontro pelos interlocutores, que vai do mais coloquial ao mais formal.

Dentro dessa perspectiva, a pesquisa sociolingüística no Brasil consolidou-se primeiramente no Rio de Janeiro, como foco irradiador da Sociolingüística Quantitativa nos moldes do paradigma laboviano. Paiva e Scherre (1999, p. 204) ressaltam alguns princípios consolidados na década de oitenta que estavam necessariamente envolvidos:

- a) a dissociação entre estrutura lingüística e homogeneidade – a língua é tomada como uma estrutura inerentemente variável e a variação livre como passível de descrição sistemática, em função de restrições lingüísticas e não-lingüísticas;
- b) a rejeição da intuição como fonte de dados lingüísticos, analisando-se, portanto, a língua inserida no contexto social e buscando dar conta da estrutura gramatical do discurso a partir da conversação natural, de narrativas formais, de gêneros escritos diversos, etc...;
- c) a pressuposição de que um modelo de língua que

acomoda os fatos variáveis e suas restrições lingüísticas e não-lingüísticas conduz a descrições mais adequadas e resolve questões ligadas à mudança lingüística;

- d) a aceitação de motivações internas e ou externas em competição, assumindo que a explicação dos fatos lingüísticos pode estar fora do sistema lingüístico;
- e) a atribuição de importância à frequência dos dados, conduzindo necessariamente à sua quantificação em função de restrições que operacionalizam hipóteses passíveis de serem efetuadas;
- f) a pressuposição de que os fatores das possíveis restrições têm um efeito fixo, podendo conseqüentemente, serem isolados, medidos, generalizados e explicados em função de princípios internos e externos à língua.

Conforme observamos, tais princípios se consolidaram uma década depois do surgimento da Sociolingüística, fato que direcionava as pesquisas partindo de uma base mais sólida. Aparecem, então, níveis de pesquisas em variação lingüística os quais podemos exemplificar:

- a) No nível fonético-fonológico, há, por exemplo, pesquisa em monotongação dos ditongos decrescentes, em queda de [r] nos grupos consonantais, em estabilidade da supressão de [d] na seqüência “ndo”; na implementação da queda de [r] pós-vocálico .
- b) No nível morfosintático, encontramos estudos sobre concordância de número ou variação de concordância no sintagma nominal entre verbo e sujeito, dos predicativos e participios com o sujeito.
- c) No estudo das preposições, revelaram-se aspectos importantes quanto aos processos de regência verbal, a inserção de preposições em contextos nos quais não se prevê a ocorrência ou a sua queda onde é esperada.
- d) Em análise entre formas pronominais, verificamos o estudo entre as formas seu/dele, da alternância de “nós” e “a gente”.
- e) No emprego supostamente facultativo dos artigos frente aos possessivos.

As variações lingüísticas estão presentes significativamente na língua falada e escrita e interdependem de todas as naturezas:

- (1) entre os componentes lingüísticos (fonético, fonológico, morfológico, sintático, semântico e lexical);
- (2) entre estes e outros componentes da linguagem (discursivo e pragmático) e ainda, (3) entre os componentes lingüísticos e os aspectos não-lingüísticos (social, cognitivo e interacional), que envolvem o complexo fenômeno linguagem. (PAIVA; SCHERRE, 1999, p. 212).

É mérito da sociolingüística e dos estudos de variação a nova visão diante do fenômeno da heterogeneidade lingüística, mudando os rumos para uma nova política de ensino da língua portuguesa no Brasil.

4 Conclusão

Confirmando as discussões anteriores, os estudos de Erickson (1987) dentro da prática educacional reforçam que a escola deverá estar atenta às diferenças da cultura lingüística dos alunos e encontrar formas alternativas e

efetivas de conscientizá-los sobre essas diferenças. Este comentário ressalta que alguns educadores já estão atentos aos estudos lingüísticos e que, ao invés de importar métodos, é necessário estudar as teorias pedagógicas que levem em consideração a realidade sócio-cultural, respeitando as diferenças, sejam elas de ordem lingüística, cultural ou social. Mas é importante deixar claro que o ensino da ortografia não deve sobrepor-se ao conteúdo de um texto e cabe ao educador/alfabetizador esta tarefa. Deverá esclarecer ao aprendiz a existência de variantes ou variedades lingüísticas, falares diferenciados segundo os dialetos de cada comunidade. Por isso, é extremamente importante que todo professor, principalmente o de séries iniciais, tenha conhecimento da diversidade lingüística no Brasil e como trabalhar com esta diversidade dentro de sala de aula.

Referências

AGUILERA, V. A. Aspectos fonéticos-fonológicos e sistema ortográfico da língua portuguesa: interferências no binômio ensino-aprendizagem da escrita. In: _____. *Diversidade fonética no Brasil: pesquisas regionais e estudos aplicados ao ensino*. Londrina: Ed. UEL, 1997. p. 129-142.

CAGLIARI, L. C. *Alfabetização & Linguística*. São Paulo, 1989.

_____. A evolução da escrita. In: SCOZ, B. J. L. et al. (Org.). *Psicopedagogia: caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p. 164-185.

CAGLIARI, M. G.; CAGLIARI, L. C. *Diante das letras: a escrita na alfabetização*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

CAMACHO, R. *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1 e 2 graus*, São Paulo: Secretaria de Educação/CENP, 1998. v. 1.

ERICKSON, F. Transformation and school success: the politics and culture of educational achievement. *Anthropology & Education Quarterly*, Washington, v. 18, n. 4, p. 335-356, 1987.

FOLTRAN, M. J. G. D. As construções no português do Brasil. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *As construções no português do Brasil*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994. (Coleção cadernos do ensino fundamental. Língua portuguesa e Literatura; n. 8)

LEMLE, M. Heterogeneidade dialetal: *um apelo à pesquisa*. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 53/54, p. 60-94, 1978.

_____. *Guia teórico do alfabetizador*. São Paulo: Ática, 1991.

PAIVA, M. C.; SCHERRE, M. M. P. Retrospectiva sociolingüística: contribuições da PEUL. *Revista DELTA. Educ.*, São Paulo, v. 15, n. esp., p. 201-232, 1999.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática de 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.